



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 34ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 26 de maio de 2015, com início às quatorze horas e cinquenta e oito minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **LUIZ AMÉLIO BURGARELLI** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Carlos Luiz de Oliveira, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ato da presidência nº 38/2015, referente convocação de sessão extraordinária para o dia 26/05/2015, com início após a sessão ordinária, nesta mesma data. Ofício nº 10/2015 do gabinete do vereador Vanderlei Augusto da Silva, informando ausência na sessão extraordinária a realizar-se nesta data. Ofício nº 104/2015 do gabinete do vereador Romulo Quintino, informando ausência na sessão extraordinária. Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 49/2015. Emenda modificativa nº 2 ao Projeto de lei nº 31/2015. Projeto de resolução nº 7/2015. Requerimento nº 212 ao nº 220 e 222/2015. Indicação nº 572 ao nº 600/2015. Parecer nº 68/2015 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de lei nº 49/2015. Parecer nº 69/2015 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de lei nº 50/2015. Parecer nº 71/2015 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de lei nº 51/2015. Parecer nº 32 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de lei nº 49/2015. Parecer nº 33/2015 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de lei nº 51/2015. Parecer nº 34 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de lei nº 50/2015. Ofício nº 922/ASPAR/GM/MT do Ministério dos Transportes, em resposta à Moção nº 5/2015. Ofício nº 14/2015 do gabinete do vereador Aldonir Cabral, solicitando seu desligamento da Comissão de Justiça e Redação. Ofício nº 1/2015 do Sismuvel, pedindo a retirada do Projeto de lei nº 49/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Professor Paulino, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Pedro Martendal e Luiz Amélio Burgarelli. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão do destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Antes de iniciarmos a deliberação da ordem do dia, recebo neste momento um ofício do prefeito Edgar Bueno e antes de ler esse referido ofício, preciso pontuar algumas questões. Nós dissemos aos Sindicatos, ambos os Sindicatos tinham esse conhecimento de que em um projeto dessa natureza, a Câmara Municipal a sua competência legislativa se refere unicamente e exclusivamente a aprovar ou não, o referido projeto e que, a decisão de retirar o projeto deveria ser do Executivo. Estamos desde ontem, como já disse no início dessa sessão, em conversa com a diretoria de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ambos os Sindicatos e o Poder Executivo; essa presidência, demais vereadores e principalmente o líder do governo nesta Casa, o vereador Cláudio Gaitheiro. Foi demonstrado alguns números para o Sindicato, demonstrando que neste momento não era possível dar nenhum reajuste a mais daquele que está sendo ofertado, neste momento. E o que aprofundou muito a discussão, foi à questão do artigo 5º, em especial em relação ao Siprovel. Foi tentado até poucos instantes, conversas e uma negociação política pra que a solicitação fosse adequada ou atendida, mas entendendo que neste momento há uma manifestação clara e objetiva. Ao meu ver de extrema maioria dos servidores do município de Cascavel, pedindo a retirada do projeto, foi comunicado isso ao prefeito Edgar Bueno. E ele acaba de mandar esse ofício a essa Casa. *Cascavel, 26 de maio de 2015. Ofício do gabinete nº 212/2015. Excelentíssimo senhor Gugu Bueno, presidente da Câmara Municipal de Cascavel. Venho por intermédio desse, requerer o arquivamento dos anteprojetos de lei nº 49/2015 e nº 50/2015. Ao encerrar, aproveito pra externar meus votos de elevada consideração.* Em havendo esse ofício do prefeito pedindo a retirada do projeto, ele como autor do projeto em discussão agora, obviamente como já está em deliberação do Plenário é necessária à aprovação dos senhores vereadores. Coloco em deliberação, os vereadores favoráveis à retirada do projeto permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; retirada aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Tendo em vista o interesse dessa sessão, suspendo a sessão por 15 minutos. (Intervalo) Senhores vereadores, retornamos a sessão. Como foram retirados da ordem do dia e arquivados os projetos nº 49/2015 e nº 50/2015, que alteravam o valor da cesta básica também, se faz necessária à retirada do projeto nº 51/2015. O nº 51 era o projeto da mesa diretora que, concedia também o reajuste. Na verdade a revisão geral anual dos vencimentos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Cascavel, mas como o próprio Tribunal de Contas estabelece e obriga que o mesmo reajuste que for dado ao Executivo deve ser dado ao Legislativo e que, o mesmo reajuste dado ao Legislativo tem que ser o mesmo dado ao Executivo, portanto como foi retirado o nº 49 e nº 50; eu, na condição de presidente, preciso solicitar a retirada do Projeto nº 51/2015. Pra isso também, é necessário consultar o Plenário e, então consulto os senhores vereadores. Os vereadores favoráveis à retirada do Projeto nº 51 permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; retirada aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 35/2015, que dispõe sobre a regularização de edificações construídas em desacordo com a Lei Municipal nº 2.582, de 1996 (Código de Obras) e/ou com a Lei Municipal nº 6.179, de 2013 (Lei de Uso do Solo) de autoria do vereador Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino; em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Como me referi ontem, vou votar contra novamente, porque temos que seguir o Plano Diretor do Município. Chega de alguém construir uma casa num lugar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

irregular e depois, nós tornarmos regular. Era só isso. Vou votar contra. Muito obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Há dois pensamentos, neste projeto e o Bocasanta colocou o dele; mas acredito que esse projeto vem pra auxiliar algumas pessoas que, tiveram suas construções e por um motivo bem simples, não estão conseguindo autorizar a legalização desses imóveis. Isso causa prejuízos pra pessoa e para o município. Esse projeto é importante ser aprovado, pra que venha auxiliar essas pessoas e que daqui pra frente, que as pessoas possam ter mais cuidados pra construir, pra que possam construir dentro dos parâmetros do município. Então, peço voto favorável a esse projeto, porque estará contribuindo pra nossa cidade. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Só dizer ao Bocasanta, que esse projeto é importante aprovarmos; porque existem muitas construções irregulares. A construção já está lá, tem que regularizar. É um projeto simples, mas de suma importância até pra regularizar essas pessoas que estão irregulares, mas não pra novas construções. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Porque em 2013, 2014 a gente já votou isso, pra regularizar; então de novo? Já falei naquela oportunidade votei a favor e, ia votar contra, por isso estou votando contra. Isso aqui está no último ano, e 2 anos, nós estamos votando sempre, eles estão construindo sempre errado. Era isso. Muito obrigado. – Vereador Fernando Winter: Obrigado. Mas pra finalizar então, esse projeto é importante, do Robertinho Magalhães, Romulo Quintino e também, Luiz Frare pra que essas construções irregulares que, já estão há muitos anos pendentes, possam então, os proprietários regularizar sua situação diante do município. Era isso. Muito obrigado. (- Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Provavelmente, alguns de vocês também tenham alguma dificuldade em projetos, imóveis e, quando chegado numa hora de negociação você não consegue a transferência, a documentação. O Jorge Bocasanta colocou aqui, já teve ano passado. Teve ano passado, retrasado e muitos anos, todos; a cada 2 anos mais ou menos esse tipo de coisa passa aqui, pela Casa. Porque em verdade é quase próprio do ser humano e Cascavel está crescendo, se modificando, às vezes a própria legislação da ocupação do solo muda. Temos aqui vereadores que, estão até envolvidos na área de construção civil e que conhecem a lei. Às vezes não é por má fé, é questão de aplicação da lei, naquele momento; então parabênzo a Casa por estar sempre vigilante e atenta com os problemas que a população sofre. Se a gente estiver sempre olhando isso, a gente sempre vai acertar nos projetos e na sua votação. Claro que serei favorável. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Esse projeto pra regularizar as edificações, nós da dita oposição, não somos oposição ao prefeito, somos oposição a alguns projetos. Temos posicionamento diferente a alguns projetos, mas sou favorável a esse tipo de projeto, porque vem regulamentar alguma obra irregular no municipal.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vejo no meu entendimento, que nosso Código de Obras do município é extremamente complexo. Já muitos engenheiros e empresários vieram falar comigo sobre esse Código de Obras. A pessoa tem lá um terreno de 600 m², tem que construir metade e deixar o resto pra mato. Ele tem que pagar imposto, o m² em Cascavel é extremamente caro, não é barato; mas ele tem que pagar IPTU sobre tudo isso e não pode mais construir. Ele é dono, mas não pode fazer nada com o que é dele; está engessado. Até quero passar ao líder do governo, senhor Cláudio Gaitero, pra que peça ao pessoal do Planejamento para que possa verificar o Código de Obras do município. Já falei isso nesta Casa, pra que a gente possa consertar algumas coisas que estão exageradas. Claro que precisamos preservar os terrenos, o escoamento de água, o nosso município, mas não é engessando as construções, a nossa metrópole que é Cascavel, hoje. Sou favorável ao projeto e deixo esse parêntese, pra nosso líder do governo pra que mexa e, peça ao pessoal do Planejamento pra que mexa nesse Código de Obras o mais rápido possível. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Em parte concordo com o vereador Jorge Bocasanta, porque ano passado também tivemos esse posicionamento. Mas quero dizer que esse projeto que está apresentado pra nossa apreciação hoje, e que é da autoria dos nobres vereadores, ele tem um diferencial. Ele aplica uma penalidade que antes era irrisória. Hoje, se você construir irregular, não respeitando as normas que temos do Código de Obras ou do uso de ocupação do solo, que muitas vezes pensamos que é Código de Obras, mas é o uso e ocupação de solo; a questão de construção de 300 ou 600 metros é uso e ocupação de solo. Não concordo que nós não respeitamos a permeabilidade do solo, porque temos problema principalmente nas áreas baixas da cidade, que as pessoas estão começando a sofrer com inundações em dias de chuva; porque muitos não respeitam a permeabilidade do solo. Nós temos o Plano Diretor, sim. E também, porque a regularização não atinge apenas um aspecto, é um complexo, como bem falou o vereador Jorge Bocasanta, mas são alguns critérios que podem ser regularizados e vai ter que seguir esses critérios, não vai simplesmente deixar a vontade; mas a pena que está sendo aplicada pra quem vai regularizar é pra que não compense mais a pessoa não observar a lei ou que o responsável técnico pela elaboração do projeto também, acompanhe a obra e faça com que ela seja dentro dos critérios porque não podemos; queremos a cidade sustentável. Como vamos permitir que se construa em 100% dos terrenos? Pra onde vai à água? Temos que ter essa responsabilidade, sim. Concordamos com o projeto, porque ele vem beneficiar nos aspectos urgentes e que precisa às vezes de uma transferência do imóvel, mas não pode ser uma prática corriqueira e sem observar principalmente, os padrões de qualidade que precisamos no nosso perímetro urbano. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Obrigado. Não tem como, Jorge Menegatti, que não temos que seguir o Plano Diretor. Vamos dar, um exemplo: ontem aquela chuva, quanta água não correu nas avenidas e o Plano Diretor é o que há de mais lógico no município. É



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

através dele que vamos seguir crescendo; nós temos que respeitar e aquele, Celso Dal Molin, que não respeitar há 1, 2, anos nós já fizemos a regularização, Fernando Winter, então os caras não dão bola. Falei aquela vez, votei a favor e que nunca mais ia votar a favor; por isso meu voto é contra. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Também encerro por aqui, presidente. –Presidente: Em votação; proceda a votação nominal senhor secretário do Projeto de lei nº 35/2015. Proceda a segunda votação. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Carlos Luiz de Oliveira, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Robertinho Magalhães, Waldir Severgnini, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Celso Dal Molin e Jorge Menegatti.) (Foi contrário o vereador Jorge Bocasanta). – Secretário: projeto aprovado pela maioria absoluta, senhor presidente. – Presidente: Projeto de lei 35/2015 aprovado pela maioria absoluta dos vereadores, em segunda votação. Em segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 37/2015, que dispõe sobre desafetação e autorização de alienação de bens públicos que especifica e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Há poucos dias, fazia referência a um outro projeto que viria pra essa Casa, com a finalidade de arrecadar verba pra o PDI Bid e, esse é mais um projeto pra arrecadar dinheiro pra o PDI Bid, para construção das obras do projeto do PDI. É lamentável que, novamente o prefeito insista em dizer como falou no projeto, onde hoje é nosso pátio de máquinas que, aquela área era uma área inaproveitável pra o município. Essa área, uma área de 20 alqueires no interior do município também, parece o Poder Executivo colocando ela... que também é uma área inaproveitável. Uma área inaproveitável de 20 alqueires dentro do município é um absurdo. Então, acredito que está havendo algum erro, algum engano neste sentido e que essa área de 20 alqueires poderia muito bem ser aproveitada pra pesquisa, horticultura, suinocultura, bovina do leite, o que nos ajudaria bastante nossos órgãos públicos a melhorar a qualidade da nossa agricultura cascavelense; no entanto é mais uma área que está vendida pra poder captar dinheiro pra construção da Avenida Brasil e de outras áreas no centro da cidade. O município, aos poucos, como há poucos dias já vendeu e desafetou cento e poucos lotes dentro da cidade e está dilapidando todo nosso patrimônio público. Hoje temos área faltando pra Cmei's, escolas; pensa-se em fazer uma série de obras dentro do município e, já comentei que temos um grande problema hoje da nossa Secretaria de Saúde não ter prédio próprio. Secretaria de Educação a mesma coisa e tantas áreas desse município estão sendo alugadas e milhões estão saindo dos cofres públicos, para atender obras que não vão trazer benefício pra nossa população. Portanto, quero lastimar esse projeto que está sendo apresentado e gostaria até que, ele fosse retirado de pauta; porque não acho viável nós votarmos um projeto além dos outros que foram votados e que possam trazer cada vez mais prejuízo e dilapidação do patrimônio público. Portanto, insisto e peço que se



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

possível Vossa Excelência, possa consultar os demais companheiros pra que seja retirado de pauta; tendo em vista as razões colocadas. Muito obrigado! – Presidente: A retirada só é possível, quando formulada pelo autor da proposta. – Vereador Rui Capelão: Senhor presidente, então gostaria que houvesse um pedido de vistas a esse projeto. – Presidente: Em votação o pedido de vistas, formulado pelo vereador Rui Capelão. – Vereador Nei H. Haveroth: Questão de ordem. O pedido de vistas não entra em discussão? – Presidente: Podemos discutir, vereador. Em discussão o pedido de vistas. – Vereador Nei H. Haveroth: Peço a palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Ouvindo atentamente aqui a palavra, com todo respeito de Vossa Excelência, Rui Capelão, o senhor disse que o dinheiro não vai ser aplicado em benefício da população. Primeiro, a origem desse terreno que o município tem hoje é bom que a população entenda corretamente, ela é resultado de uma dívida que um munícipe tinha com a prefeitura e que o município pegou de tributos e de impostos que esse munícipe devia. Então esse imposto se lá atrás, tivesse entrado pra o município o município poderia ter investido nas políticas públicas. Hoje, o município, essa área que é na área rural, se ele transformar em capital e acredito que o investimento que está sendo proposto aqui pelo projeto é sim, de interesse público e é em benefício da população. Porque vai investir em transporte público de melhor qualidade, vai investir em meio ambiente, que são as áreas que vão ser corredores de biodiversidade, os parques lineares que vão ser colocados à disposição, centros de integração que vão ser construídos nesses parques lineares; então vejo que o município lá atrás não arrecadou e, hoje ele tem esse bem proveniente dos tributos que deveria ter entrado no caixa do município há muito tempo. O município está transformando o valor que deveria ter recebido anteriormente pra investir agora, sim em benefício do interesse coletivo. Então acho que o pedido de vistas no meu ponto de vista é totalmente, sem fundamentação neste momento. Gostaria que fosse votado esse projeto ainda hoje, então já manifesto contrário ao pedido de vistas. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador, Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Gostaria que esse dinheiro fosse revertido pra o IPMC, pra capitalizar o IPMC. Eles querem por no Bid, mas eu digo que quando é um terreno de utilidade pública a gente tem que defender, mas eu não gostaria de ter perto da minha Casa um terreno da prefeitura criando rato e barata. A prefeitura não é uma imobiliária, tenho essa convicção comigo. Se você for ali, na rua Estados Unidos o único terreno sujo que tem lá é o da prefeitura. Eu vejo que, lógico, gostaria de pegar esse dinheiro capitalizar o IPMC, mas a visão do prefeito é outra; por esse motivo vou votar favorável a venda porque não é de utilidade pública, não sendo de utilidade acho que a prefeitura não precisa ter terreno. (- Um aparte) Sim. – Vereador Rui Capelão: Eu estava ali, na avenida Paraná, tinha um terreno enorme, cheio de lixo, um terreno aberto, até perguntei pra proprietária de um restaurante que tem ao lado, de quem é. Ela diz que é da família Festugato; aquele terreno cheio de lixo. Onde houver terreno



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cheio de lixo e de rato, temos que tomar providência e se é patrimônio público mais ainda; porque temos o dever de zelar pelo patrimônio público. Vamos cobrar do Poder Executivo e dar o maior apoio possível pra que zele pelo patrimônio público e não dilapide por falta de respeito ao próprio patrimônio. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Concluindo meu pensamento, prefiro que o poder público fique limpando galerias, boca de lobo do que ficar limpando terrenos particulares. Se não for de utilidade pública, convicto, deve ser vendido. Talvez, poderia ir pra o IPMC; que tem uma dívida muito grande o município com o IPMC. Muito obrigado. (- Um aparte) Sim. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Queria corroborar da sua ideia, do Nei H. Haveroth. Acho que o município até pela grandiosidade da nossa cidade e pelo tamanho, dimensão, dificuldade que tem, estamos vendo a dificuldade com os servidores. E tem muito mais coisas que se preocupar do que um terreno em área rural. Sabemos por exemplo lá na ponte molhada, estive lá esses dias, não existe mais nada do que foi investido, projetado, está totalmente abandonado. Esse não conheço o local, mas certamente o município deve ter outras prioridades. Passa pra frente e a iniciativa privada tem interesse em cuidar disso, sim. Não só desse como de outros, se tiver e vier com as mesmas características, votaria. Respeito o senhor, mas acho que as vistas não vai refrescar nada, meu ponto de vistas não vai mudar. – Presidente: Em votação o pedido de vistas; proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Rui Capelão, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Paulo Porto) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Carlos Luiz de Oliveira, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Pedro Martendal e Jorge Bocasanta). – Secretário: Com 13 votos contrários e 4 favoráveis pedido de vistas rejeitado. – Presidente: Com 13 votos contrários e 4 favoráveis pedido de vistas rejeitado. O projeto continua em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Esses dias fui a cidade de Toledo, numa conversa com o diretor da Secretaria de Indústria e Comércio e ele me falando que eles têm um trabalho muito forte, pra buscar indústrias fora de Toledo e pra levar pra aquela cidade. E tem vários terrenos disponíveis pra implantação de indústrias, porque quando você implanta uma indústria; nós buscamos investimento de fora pra trazer pra cidade e automaticamente, você vende o produto fora da cidade e ainda fica dentro do município, você aumenta a renda e a qualidade de vida dos moradores da cidade. O comércio é importante, mas ele gira o dinheiro que vem e que já está no local, então é importante buscar indústrias. Semana passada fui a Maringá, na sexta-feira com meu carro, minha gasolina e meu dinheiro e também, aproveitei pra olhar o lado político da coisa; porque a gente faz as duas coisas ao mesmo tempo. Vi lá um parque industrial lindo, maravilhoso, muitas empresas se instalando, naquele local e a prefeitura dando todo incentivo àquelas empresas. E não vejo isso em Cascavel. Essa área podia muito bem ser aproveitada pra isso, pra trazer as indústrias, 484.000 m², daria pra colocar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

algumas indústrias, até de porte grande, só que tem que ir atrás pra trazer, tem que ter vontade. Buscar essas empresas pra aumentar, principalmente a renda familiar; porque quanto mais emprego com valor alto, aumenta a renda, o pessoal consome mais, vive melhor e todos ganham no município. Agora, quando a gente vende parte do município pra investir em alguns lugares que eu, particularmente não concordo, aí deixamos de trazer as empresas. E não vejo aqui. Quando falamos com um empresário, ele fala pra gente: “eu preciso de um terreno em Cascavel.” Só por milagre, tem um monte de empresas na fila e não tem incentivo pra buscar essas empresas de fora; onde vai aumentar a renda da população, vai trazer dinheiro de fora pra dentro de Cascavel. Vamos vender nosso produto em Foz do Iguaçu, São Paulo, Rio de Janeiro e vai aumentar a renda daqui, mas infelizmente só vemos aqui um incentivo da parte comercial que dá um rendimento, dá claro; mas não é tanto como a indústria. Por isso o voto meu é contrário, voto contrário à venda do patrimônio público. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de fazer mais um esclarecimento. O nosso produtor rural que tem muita gente visitando os produtores rurais, principalmente os distritos e sabem muito bem da situação das estradas dos distritos. O nosso produtor rural está pagando o cascalho pra por na entrada de suas casas, porque as estradas estão péssimas. Estão arrumando aquelas principais. Aquelas de acesso à casa do agricultor é uma loucura, são os produtores de frango e outros produtos que estão reclamando dessa questão péssima. Se pegassem esse dinheiro que é lá da área rural, onde estão vendendo 20 alqueires de terra e entregasse em benefício da população rural eu ainda seria favorável, porque acho que haveria uma coerência, mas tirar aquilo que é do produtor rural e que está junto com eles, uma verba pra empregar aqui no centro; onde já estamos gastando muito mais de 100 milhões, pra o benefício no centro da cidade. Isso é um absurdo! Obrigado! – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado pela contribuição. Só pra deixar registrado também, que o mapa de localização do lote 281-2A, Paulo Porto, isso que veio pra nossos gabinetes, muitas vezes não temos nem tempo pra ir atrás, porque aqui não tem mapa nenhum; só um borrão preto e foi isso que os vereadores receberam. Precisamos cuidar um pouco mais, muitas vezes falta tempo na hora de votar, pra ir atrás de onde é a área; porque dá uma olhada, esse é o mapa que nós temos. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Já havia no pedido de vistas colocado alguma situação, mas quero complementar um pouco da minha opinião e da minha visão a respeito desse projeto. Inclusive, pra justificar que o mapa que eu tenho é este aqui e que está bem visível. Importante dizer também, que o Plano Diretor não incentiva a colocação de indústrias naquela região; porque é área de futuro abastecimento da cidade e que nós temos que buscar água. Quando você cede a 277 pra bacia do Baixo Iguaçu, não será incentivado a colocação de indústrias de nenhum aspecto; porque o Rio São José, o Rio do Salto, serão áreas de busca pra água. Neste sentido como falei antes, se o recurso veio de tributos que não foram pagos ao município, se é pra aplicar na política pública e eu gosto da minha cidade, não sou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

morador de Toledo. Se eu gostaria de Toledo ia morar em Toledo, tenho que lutar pelas coisas de Cascavel e isso vai ser pra benefício público sim, de Cascavel. Essa é minha opinião. Gostaria de registrar que, acho que o município está fazendo uma boa atitude e tem meu apoio, neste sentido. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Só pra reforçar a fala do vereador Nei H. Haveroth. Dizer que essa área é na saída pra Rio do Salto, 4 quilômetros, onde somente poderá ser usado 30% da área, o restante é reserva legal. Portanto, a pessoa que arrematar em leilão, conforme o mapa que está no geoportal do município, poderá usar só 30% da área. – Vereador Pedro Martendal: Com todo respeito vereador Cláudio Gaitero, tenho aqui o registro da matrícula 19794, averbação 7, protocolo 25906, a área a ser preservada é de apenas 9,68 hectares mais 2,8; então sobra uma área de 15 alqueires. Então respeito à opinião dos colegas, mas ontem já votei contrário a venda desse imóvel e acho que, ele tem que ser preservado pra instalação de indústrias. Naquela região ali, já temos polos industriais tanto do lado esquerdo, onde tem a Coopavel, outras indústrias, mais adiante também e ali não é impossível de se fazer outro distrito industrial, porque é uma área de 15 alqueires e dá para instalar muitas indústrias. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Como falei antes, obrigado pelo aparte. O Plano Diretor não prevê incentivo à implantação de indústria na região, tendo em vista a futura necessidade pra o município de Cascavel de abastecimento, naquela bacia hidrográfica que é o Rio do Salto, Rio São José que já tem planejamento da Sanepar, há mais de 15 anos e que Cascavel vai depender daquela região. Se nós incentivarmos a implantação de indústria naquela região, nós poderemos colocar uma indústria lá com grau de poluição grave e contaminar todo nosso lençol freático e, amanhã ou depois, tivermos que tomar dessa água. Só pra ajudar e contribuir com Vossa Excelência no raciocínio e na discussão desse projeto. – Vereador Pedro Martendal: Obrigado. Seguindo então no vosso raciocínio, devemos preservar essa área e, não vendê-la. Fazer uma preservação com calma, se analisar se é possível indústria, que temos dificuldade de área pra novas indústrias e, se através de um estudo mais profundo se chegar à conclusão que é melhor preservar que preserve. Mais um motivo pra que não se venda; então meu voto é contrário. Obrigado! – Presidente: Em votação, o Projeto de lei nº 37/2015; proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Carlos Luiz de Oliveira, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Walmir Severgnini, Celso Dal Molin, Professor Paulino, Paulo Porto e Jorge Bocasanta). (Foram contrários os vereadores: Rui Capelão, Jorge Menegatti e Pedro Martendal). – Secretário: Com 3 votos contrários, projeto aprovado. – Presidente: Com apenas 3 votos contrários; Projeto de lei nº 37/2015 aprovado em segunda votação. Antes de deliberarmos os requerimentos, quero agradecer os servidores que permanecem nesta Casa, em respeito a esses vereadores. Infelizmente, muitas vezes



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

quando temos uma votação de interesse de uma determinada categoria, determinado assunto, as pessoas mal esperam acabar aquela votação e acabam deixando a Casa. O Plenário volta infelizmente a ficar vazio, essa é uma realidade triste da cidade de Cascavel. Se vocês acompanharem 90% das sessões da Câmara, infelizmente tem 2, 3, pessoas no nosso Plenário; então quero agradecer o respeito e dizer a todos que vocês sempre são bem vindos. E também obviamente, os senhores vereadores já sabem, mas comunicar de maneira oficial que a sessão extraordinária que havia sido convocada pra logo após a sessão ordinária foi cancelada, tendo em vista que tiramos os projetos de pauta. Temos os requerimentos. O requerimento nº 212 que requer informações a guarda patrimonial no município de Cascavel, de autoria do vereador Jorge Bocasanta. Requerimento nº 213 solicita informações junto ao Poder Público Municipal de Cascavel, a respeito das obras de instalação de rede de esgoto nas ruas: Custódio Mesquita, Glauber Rocha e Adoniran Barbosa, no Bairro Consolata, de autoria do vereador Carlos Luiz de Oliveira. Requerimento nº 214 que solicita informações junto à Sanepar, a respeito das obras de instalação de rede de esgoto nas ruas: Custódio Mesquita, Glauber Rocha e Adoniran Barbosa, entre as ruas Agostinho dos Santos e Ciro Monteiro, no Bairro Consolata, de autoria do vereador Carlos Luiz de Oliveira. Requerimento nº 215 requer relatórios de cartão-ponto de todos os gerentes da Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel, de autoria do vereador João Paulo de Lima e Celso Dal Molin. Requerimento nº 216 que requer ao senhor Miroslau Bailak que se faça presente na sessão plenária do dia 16/06/2015, de autoria do vereador Pedro Martendal. Requerimento nº 217 que requer a Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel - Acesc, informações referentes à indicação nº 172 de 2013, de autoria do vereador Pedro Martendal. Requerimento nº 218 que requer à Cettrans, informações sobre a Lei municipal nº 6.265 de 10 de setembro de 2013 de autoria do vereador Pedro Martendal. Requerimento nº 219 que requer informações à Secretaria de Finanças, acerca do impacto financeiro referente à efetivação da Lei nº 6.445/2014 que versa sobre reestruturação e gestão do plano de cargos, carreiras, remuneração e valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino do município de Cascavel, nos termos que especifica; de autoria do vereador Professor Paulino. Requerimento nº 220 que requer informações à Secretaria de Educação, acerca do impacto financeiro referente à efetivação da Lei nº 6.445/2014, que versa sobre reestruturação e gestão do plano de cargos, carreiras, remuneração e valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino do município de Cascavel, nos termos que especifica; de autoria do vereador Professor Paulino. Pergunto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos presentes requerimentos. – Vereador Paulo Porto: Pela oposição, consenso. – Vereador Pedro Martendal: Quero requerer a retirada do requerimento nº 216, nos demais há consenso. – Presidente: Como há consenso dos demais; então coloco pra apreciação do Plenário o pedido do vereador Pedro Martendal da retirada do pedido nº 216/2015. Os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Retirada aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Como há consenso, coloco em deliberação os requerimentos nº 220, nº 219, nº 212, nº 213, nº 215, nº 217 e nº 218, todos de 2015. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; requerimentos lidos nesta sessão, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, pra pronunciamento de interesse público. O primeiro inscrito é o vereador Professor Paulino, em seguida vereador Jorge Menegatti, Luiz Frare, Pedro Martendal e Luiz Amélio Burgarelli. Com a palavra vereador Professor Paulino, o senhor tem o prazo regimental de 5 minutos. - Vereador Professor Paulino: Me dirijo neste momento, e inicio nossa fala dizendo da satisfação, da compreensão do Executivo, neste momento em que estávamos dentro de um impasse. Acho que demonstrou uma sensibilidade e dessa forma a gente entende que, a democracia se faz quando as partes podem ser ouvidas. Nesse caso entendemos que é muito importante que esse projeto que trata das nossas vidas, da vida dos servidores, todos os servidores do município seja de fato revista à proposta e que ela possa no momento seguinte contemplar a todos. Sabemos que todo serviço público só funciona por conta do esforço dos nossos servidores, professores, funcionários, graças a esses servidores que o município funciona. Como o nome diz: funcionário é aquele que faz funcionar o serviço público. Nesse caso nos sentimos também, contemplados com a retirada do projeto e a sua futura... no momento seguinte que haja de fato o debate com os servidores, com seus representantes, com as Comissões que vão estar intermediando esse trabalho, essa negociação. Dizer também, que nós estamos ao nível de Estado do Paraná em greve, completando aí já o segundo mês. Nós professores, servidores do Estado do Paraná em greve e, agora mais categorias entrando em greve por conta da ausência da palavra chave: diálogo e conversa. Isso que pode evitar que uma categoria de servidores entre em greve ou não entre em greve, porque sabemos que a greve é o último recurso que o trabalhador utiliza, pra poder garantir o que lhe é de direito sagrado, os salários, e a sua condição de trabalho. Neste caso entramos, nós do Estado do Paraná. Estamos aguardando, esperamos que hoje a tarde, não tenho notícia ainda, mas que o governo apresente a reposição de 8,17% e que não seja parcelado, queremos numa única parcela. Afinal de contas, nada mais justo do que repor aquilo que já foi gasto e aqui também, neste momento estaria pedindo também, esse debate aqui na nossa Câmara e que o Poder Municipal tenha essa sensibilidade diferente do que estamos tendo no Estado do Paraná; que essa escola não é uma escola boa, ela foi trazida por um secretário para o Estado do Paraná, o secretário de Administração que não conhece nosso Estado, fica trazendo o que não deu certo em São Paulo, em Minas Gerais e na Bahia e agora, vem tentar impor essas regras de corte em cima dos servidores. Uma coisa absurda, porque pra iniciativa privada os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

patrões foram obrigados por lei a garantir aquilo que é o mínimo, a reposição salarial, a inflação. Todos os patrões estão fazendo e com quem a gente tem conversado, tem categorias conseguindo avanços acima da inflação. Mais de 94000 itens que no Estado do Paraná a gente vai pagar mais caro, vai pagar mais que a inflação, isso deve garantir também, a reposição salarial e é isso que esperamos. Como esperamos ao nível de Estado também, esperamos do nosso prefeito que possa também, atender a todos os servidores tanto lá como daqui da Câmara. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti, que como líder do PSC tem o prazo regimental de 10 minutos. – Vereador Jorge Menegatti: Vou ser rápido. Quero aqui não me ater ao problema local de Cascavel, na questão do aumento de 6%, mas ao nível de Brasil. Hoje, vemos que os governantes estão querendo colocar menos que o aumento da inflação no salário dos servidores. Vejo que o governo e, vou falar a nível nacional, estadual e municipal, quando aumentamos a carga tributária no geral. No Estado do Paraná aumentamos os tributos de 95.000 itens. Todos os tributos do Estado foram aumentados e não foram poucos; temos produtos que aumentaram 10,15, 20, 30% o preço dele, por causa do aumento dos tributos. Temos o IPVA que aumentou 40% e hoje praticamente, todas as residências têm um veículo na sua garagem. E como paga esse aumento se a sua renda não aumentou? Tivemos um aumento a poucos dias de 26,5% no IPTU, tivemos um aumento de energia elétrica; vou arredondar aqui, de 100% em um ano. Sei pela minha fatura, 100% de aumento, tivemos no transporte coletivo com aumento de 11%; e em Cascavel onze e pouco por cento. Senhores, como se paga esses aumentos com aumento de 5%, 6%? Temos que colocar a mão na consciência, como se faz pra pagar essa fatura no final do mês? Como gerenciar isso em casa? Quero deixar aqui esse registro. Porque primeiro, poderia concordar com o aumento de 6% sim, se nós tivéssemos um aumento de energia de 2. Se estivéssemos sem aumento de IPTU, sem aumento de IPVA ou dentro da inflação, um pouco menor, seria um prazer pra todo mundo. Não é uma crítica ao governo estadual, federal ou municipal é apenas um alerta, pra colocar a mão na consciência e olhar principalmente aquele assalariado que não tem de onde tirar. Tem um ganho fixo no final do mês e como ele absorve esses aumentos? Vai deixar de comprar feijão, arroz, carne, sapato, roupa? O mínimo que nós, governantes, temos que fazer é repor a inflação. O mínimo e ainda acho que a inflação no Brasil não é de oito e pouco por cento, pra mim a inflação é de 15%, Paulo Porto. Não existe inflação de 8% quando se aumentou a tarifa de energia 100% no ano e, quando se aumenta combustível no valor que aumentou. Então a questão nacional, principalmente a questão nacional, porque não estou aqui criticando a Dilma diretamente, mas quero que nossos governantes coloquem a mão na consciência e parem de maltratar sua população, porque biblicamente está escrito em Isaías: “Ai dos que fizerem leis injustas pra maltratar os pobres, as viúvas, os menos favorecidos. Ai desse povo no futuro.” Hoje eles podem estar comendo em bandeja de prata, de ouro, camarão, lagosta e mais um monte de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

coisas que eles compram em Brasília, a preço caro e pago com o suor do trabalhador; mas que eles coloquem a mão na consciência e analise isso. Geralmente não falo dos problemas nacionais, porque meu mandato é só de vereador. Não sou deputado federal, não sou senador pra falar de problemas nacionais; porque aqui nessa tribuna, nessa Casa não votamos nos problemas nacionais. Não votamos nos aumentos dos professores a nível estadual. Votamos aqui, e então temos que nos ater ao nosso problema local. Claro que, faço parte do Brasil todo e tenho os meus posicionamentos; mas como vereador, tenho que resolver o problema local. Então quero contar aqui como já contamos hoje, até quero agradecer ao Gugu Bueno e ao líder do governo e ao Luiz Frare, o bom senso do prefeito, em retirar esse projeto pra reanalisar e que pelo menos dê a inflação pra os servidores públicos, porque acho que eles merecem. Obrigado. – Presidente: O vereador Luiz Frare abriu mão da palavra. Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Abro mão da palavra. Obrigado. – Presidente: Última inscrição Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Abro mão e desejo uma boa tarde a todos. E não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária, às dezesseis horas e vinte e um minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

LUIZ AMÉLIO BURGARELLI

Secretário *ad hoc*